

A PROJEÇÃO GEOECONÔMICA CHINESA E O NÍVEL DE AMEAÇA EXTERNA NOS PERÍODOS 1975-1985 E 2004-2014: Uma análise sob a ótica da grande estratégia

CARLOS ROBERTO DO NASCIMENTO JÚNIOR*
Capitão de Fragata

SUMÁRIO

Introdução
O Conceito de Geoeconomia: da Geopolítica à Grande Estratégia
A Grande Estratégia e o Planejamento Estratégico da RPC de 1975 a 1985
A Grande Estratégia e o Planejamento Estratégico da RPC de 2004 a 2014
Estudo Comparativo: os reflexos da Geoeconomia nos Planos de Defesa
Conclusão

INTRODUÇÃO

No decorrer das últimas cinco décadas, a República Popular da China (RPC) superou um cenário de pobreza, passando a figurar entre as maiores economias do mundo. Como podemos presumir, a rapidez do seu crescimento não se deu livre de desafios. Pelo contrário, à medida que

o mundo se transformava, os desafios chineses também foram se alterando. Neste estudo, vamos investigar a lógica evolutiva dos planejamentos estratégicos de defesa chineses sob uma ótica um pouco diferente, a geoeconômica.

O propósito será compreender de que forma as questões geoeconômicas podem refletir nos planejamentos estratégicos

* Serve no Estado-Maior da Armada.

de defesa de um Estado. Para orientar o nosso estudo, selecionamos e delimitamos dois objetos de pesquisa, em contextos temporais distintos. O primeiro, de 1975 a 1985, foi por nós escolhido por marcar um período em que a RPC iniciava sua abertura para o regime de economia de mercado. O segundo, de 2004 a 2014, foi selecionado por representar um período recente, no qual a RPC já se mostrava mais competitiva no cenário internacional.

A abordagem de temas econômicos conjuntamente com militares, conforme proposto neste estudo, apesar de não ser tão usual, está longe de ser uma inovação. As relações de dependências, tema de estudo de importantes estrategistas, como o Almirante Castex (1878-1968) e Lars Wedin (1947-), já tratavam das interações entre estratégias econômicas e militares. As distinções, contudo, estão no sentido claramente integrador com que abordaremos o assunto, diferente de algumas linhas de interpretação acerca das “dependências” castexianas, que indevidamente acabam por dar certa ênfase ao caráter competitivo entre essas questões, e nos objetos selecionados, que abarcam um ator em ascensão na ordem mundial atual.

De modo a empreender nossa análise, a questão central de nossa pesquisa será: que similaridades e/ou singularidades podemos identificar entre o planejamento estratégico chinês nos períodos de 1975 a 1985 e de 2004 a 2014, de uma perspectiva geoeconômica? Para responder à pergunta e, com isso, buscar atingir nosso propósito, faremos um estudo comparativo, à luz dos conceitos da grande estratégia que será aqui apresentado, entre os pla-

nejamentos estratégicos de defesa de cada um dos períodos selecionados, com base em consulta documental e bibliográfica.

O CONCEITO DE GEOECONOMIA: DA GEOPOLÍTICA À GRANDE ESTRATÉGIA

Ao despertar da década de 1990 vimos o estabelecimento dos Estados Unidos da América (EUA) como superpotência hegemônica, bem como o avanço do processo de globalização. A ausência de um rival militar claro ao poder dominante acarretou um enfraquecimento do pensamento geopolítico clássico, segundo o qual o objetivo central para o fortalecimento do Estado dependia da expansão por territórios¹. Nesse contexto, surgiram diversos teóricos procurando explicar a lógica de disputa hegemônica que passaria a governar o mundo a partir de então. Entre eles, encontramos o cientista político estadunidense Edward Luttwak, que publicou, em 1990, o artigo “Da geopolítica à geoeconomia”², apresentando o conceito de geoeconomia (VESENTINI, 2013).

De acordo com Luttwak, à medida que as rivalidades militares se atenuavam, após a dissolução da ex-União da República Socialista Soviética (1991), as rivalidades econômicas foram tomando o seu lugar. Na ótica do autor, seria “principalmente por meios econômicos que atitudes de rivalidade podem hoje ser expressas” (LUTTWAK, 2001, p. 159). Luttwak prossegue colocando a ideia de que o aparato militar perderia importância e seria

1 Dentre os pensadores geopolíticos clássicos podemos destacar: Alfred Tayer Mahan (1840-1914), com sua contribuição sobre o Poder Marítimo; Halford John Mackinder (1861-1947), com o *heartland* e o Poder Terrestre; e Karl Haushofer (1869-1946), com a expansionista *geopolitik* (VESENTINI, 2013).

2 O artigo foi publicado na revista especializada norte-americana *The National Interest*.

substituído pelas armas do arsenal geoeconômico, que, segundo ele, ocorreria “quando o Estado intervém para encorajar, auxiliar ou dirigir” (LUTTWAK, 2001, p. 160) sua economia em busca de vantagens competitivas diante de outros Estados, seja por meio de subsídios, penetração de mercado ou influência diplomática, se está fazendo geoeconomia. Assim, o autor reconhece a continuação dos antagonismos de interesse entre Estados, mas a forma de alcançá-los não seria mais pelo uso de métodos militares, da vertente geopolítica, e sim pelo emprego da geoeconomia, “a lógica do conflito na gramática do comércio” (LUTTWAK, 2001, 160). Luttwak chega até mesmo a considerar impensável o uso do poder militar na disputa entre os principais Estados da arena internacional.

Notamos que Luttwak nos propõe uma ordem mundial em que a geoeconomia substituiria a geopolítica e o exercício do poderio militar. É possível crermos que seu texto tenha sido influenciado pelo cenário de otimismo norte-americano vivenciado ao final da Guerra Fria (1947-1989)³, se alinhando a uma crença vitoriosa difundida naquele período⁴. Contudo, em que pese o pioneirismo que

lhe é atribuído na elaboração do conceito de geoeconomia⁵, entendemos que sua abordagem, por desprezar a geopolítica no ambiente das relações internacionais, requeira complementos.

Blackwill e Harris (2016) afirmam que geopolítica e geoeconomia são distintas. Por um lado, temos o exercício da geopolítica, que se traduz no uso calculado do poder de um Estado – sobretudo por meio militar e diplomático – em um território estrangeiro, para fazer valer seus interesses. Por sua vez, a geoeconomia se expressa na forma como um Estado

constrói e exercita direitos em relação a fatores econômicos – e não diretamente geográficos – de outro Estado, sendo inclusive dispensável a presença no território alheio.

Em comum, temos, tanto na geopolítica quanto na geoeconomia, a geo-

grafia, a definir a localização de recursos naturais em dado território, o ambiente social e demais fatores de produção capazes de influenciar o empenho político de um Estado (GASIMLI, 2015; BARACUHY, 2019). Dessa forma, após traçarmos um breve paralelo entre geopolítica e geoeconomia, apresentamos a seguinte definição para o termo geoeconomia,

A geoeconomia se expressa na forma como um Estado constrói e exercita direitos em relação a fatores econômicos – e não diretamente geográficos – de outro Estado

3 Ainda que haja divergência entre autores quanto ao ano de término da Guerra Fria, neste estudo consideraremos a queda do Muro de Berlim, em 1989, como seu marco final.

4 Tal otimismo não foi uma exclusividade de Luttwak, sendo possível identificar traços comuns com outros teóricos do período, como Francis Fukuyama (1952-), com o “último homem” e a vitória da “vida protestante capitalista”, e Lester Thurow (1938-2016), que acreditava que as “guerras econômicas” substituiriam os conflitos militares (VESENTINI, 2013).

5 Ainda que haja ampla concordância no pioneirismo de Luttwak, autores, como Braz Baruchy, consideram que a geoeconomia não é algo totalmente novo, podendo ser estudada em gerações e estando presente há mais de um século (BARACUHY, 2019).

que será por nós considerada no decorrer deste estudo:

“o uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses do Estado e para produzir resultados geopolíticos benéficos; e os efeitos das ações econômicas de outros Estados sobre os objetivos geopolíticos do próprio Estado” (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 20, tradução nossa).⁶

Notamos, pela definição, que, à semelhança da geopolítica, a geoeconomia busca alcançar um fim direto: os interesses do Estado. Além disso, há uma outra finalidade, também relevante: de que a geoeconomia poderá ser utilizada indiretamente, para apoiar uma necessidade geopolítica.

Mas o que seriam os instrumentos econômicos contidos na definição? Como apresentaremos, os instrumentos econômicos são a combinação de métodos e meios econômicos de que um Estado se utiliza, a depender do seu poder econômico, para atingir determinado objetivo. Partindo de uma analogia, sabemos que o poder militar de um determinado Estado se expressa a partir de suas capacidades militares; da mesma forma, no campo econômico, são os fatores econômicos que fundamentam o seu poder econômico.

Segundo sugere o diplomata brasileiro Braz Baracuhy, os mercados, recursos e regras são os fatores que estruturam o poder econômico. Conforme suas palavras:

Geoeconomia utiliza instrumentos econômicos. Os fatores econômicos – mercados, recursos e regras – são os fundamentos para a conquista de in-

fluência na competição geoestratégica entre Estados, incluindo a formação do quadro institucional que rege a ordem econômica mundial (BARACUHY, 2019, pp. 23-24, tradução nossa)⁷.

Assim, Baracuhy propõe que, para dimensionarmos o poder econômico de um Estado, é necessário verificar o seu grau de presença em diferentes mercados e o volume de recursos à sua disposição, bem como sua capacidade de influenciar nas regras que regem o mercado internacional. Identificamos, portanto, os três fatores econômicos – mercado, recursos e regras – que fundamentam o poder econômico de um Estado. Mas quais seriam as variáveis que compõem cada um desses fatores?

Tomando por base as variáveis apresentadas pelo próprio Baracuhy (2019) e incluindo alguns complementos de Blackwill e Harris (2016), chegamos a uma lista de variáveis para cada um dos três fatores econômicos: mercado, recursos e regras.

Para o fator mercado, temos como variáveis: o peso econômico do respectivo Estado e sua expectativa de crescimento; o acesso que possui a diferentes mercados; a habilidade de controlar os fluxos internacionais de investimento e negócios; sua importância no sistema financeiro global; e a interdependência resultante de sua atividade econômica. Quanto ao fator recursos, temos: o acesso e controle de recursos naturais, financeiros e tecnológicos; e habilidade de influenciar os fluxos de energia e de *commodity*. Por fim, no fator regras, existe a capacidade

6 Texto original: “Goeconomics: The use of economic instruments to promote and defend national interests, and to produce beneficial geopolitical results; and the effects of other nations’ economic actions on a country’s geopolitical goals”.

7 Texto original: “Economic factors – markets, resources and rules – are the fundament for gaining influence in geostrategic competition among states, including the shaping of the institutional framework that governs the international economic order”.

de moldar as regras que fundamentam o sistema econômico internacional.

Portanto, conhecidos os fatores e as respectivas variáveis que dão fundamento ao poder econômico de um Estado, estudaremos como o Estado poderá instrumentalizá-los para traçar suas estratégias geoeconômicas. Para tanto, tomaremos por base a definição de estratégia de Harry Yarger (2006), segundo a qual a estratégia é como (método) a liderança usará o poder (meios) para atingir objetivos (fins), dentro de limites aceitáveis de riscos.

Assim, a estratégia geoeconômica seria o uso geoestratégico do poder econômico (WIGELL, 2016), em que os meios são os fatores econômicos e as suas variáveis. Os fins são os interesses do Estado, ou um benefício geopolítico, conforme foi apresentado na definição de geoeconomia. Logo, para utilizar a estratégia geoeconômica, resta estabelecer os métodos.

Baracuhy explica que os “métodos” da estratégia geoeconômica são as atuações dos líderes políticos sobre os fatores econômicos à sua disposição, com vista a obter algum nível de controle sobre os fatores econômicos alheios (BARACUHY, 2019). As atuações sobre recursos e regras de mercado traduzem o método da estratégia geoeconômica.

Assim, os instrumentos geoeconômicos – a combinação de meios e méto-

dos – seriam “as sanções econômicas e financeiras, manipulação dos mercados de *commodity* (especialmente petróleo), guerras cambiais etc.”⁸ (GASIMLI, 2015, p. 23, tradução nossa) para a obtenção de vantagem competitiva. Ainda sobre os instrumentos geoeconômicos, Robert Blackwill (1939-) e Jennifer Harris (1981-) citam a manipulação de mecanismos básicos de mercado de um Estado alvo, por meio de técnicas que afetem sua cadeia logística ou a demanda a seus principais produtos para, com isso, concretizar um objetivo econômico. Se bem aplicada, a geoeconomia pode produzir ganhos tão

significativos quanto os obtidos pelas demonstrações militares tradicionais (BLACKWILL; HARRIS, 2016).

Além das menções à sanção econômica e financeira e à guerra cambial, que geralmente são mais evidentes nas

relações entre Estados, vemos o interesse comum dos autores em considerar a manipulação de mercado como um instrumento econômico da geoeconomia. A manipulação seria “o uso de técnicas psicológicas e mudanças de percepção da realidade para obter algo da outra parte” (MASSOL, 2020, p. 32)⁹, portanto, uma forma velada de atuação.

Chegamos, assim, à moldura necessária dos preceitos de geoeconomia, em termos de métodos, meios e fins, que nos levam à compreensão da estratégia geoe-

**Se bem aplicada, a
geoeconomia pode produzir
ganhos tão significativos
quanto os obtidos pelas
demonstrações militares
tradicionais**

8 Texto original: “economic and financial sanctions, manipulations of commodity (especially oil) markets, currency wars etc.”.

9 Texto original: “Manipulation involves using psychological techniques and changes in perception of reality to get something from the other side.”

conômica. Passaremos, agora, a abordar a estratégia geoeconômica dentro de um contexto geoestratégico mais amplo: a grande estratégia.

A união das estratégias geopolítica e geoeconômica: a grande estratégia

Nesta seção veremos que a geopolítica e a geoeconomia, apesar de distintas, devem estar fundidas, como se fossem dois lados de uma mesma moeda. Nos dias de hoje, percebemos como os negócios globais ensejam riscos significativos, dado o volume financeiro envolvido em toda negociação. Por consequência, o universo geopolítico não deve se abster das questões econômicas; pelo contrário, deve respaldá-las.

É a vontade do poder político que determina os caminhos a serem seguidos por um Estado, ou seja, a estratégia para atingir os seus objetivos. Por outro lado, é vasta a literatura que aponta o quanto um poder político é afetado quando não é capaz de assegurar uma condição econômica satisfatória à sua sociedade. É nesse ponto que a sinergia entre as estratégias geoeconômica e geopolítica – que se expressa em termos diplomáticos e militares – deve atuar, dando a devida robustez ao poder político. A essa sinergia demos o nome de “grande estratégia”.

O'Rourke (2009), após realizar um importante trabalho sobre a história do comércio internacional no segundo milênio, contribui com nossa ótica, ao constatar que seria impossível desprezar o contexto geopolítico para a compreensão daquela

história. Baracuhy (2019), seguindo uma mesma linha de pensamento, nos acrescenta que os instrumentos militares e econômicos coexistem e serão combinados de acordo com as necessidades e conveniências de cada situação apresentada. Por conseguinte, os cálculos de meios e fins só podem ser completamente compreendidos dentro do contexto da grande estratégia.

Sanjaya Baru (1954-), ex-diretor do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, sobre a simbiose entre geopolítica e geoestratégia, propõe duas importantes reflexões, a primeira dizendo que “os negócios seguem a bandeira”, que seriam as consequências econômicas da projeção de

poder geopolítico; e a segunda, que “a bandeira segue os negócios”, que seriam as consequências geopolíticas dos anseios geoeconômicos (*apud* SCHOLVIN; WIGELL, 2019).

Com isso, após termos mostrado

elementos que buscam justificar a importância do tratamento simbiótico entre geopolítica e geoeconomia, apresentamos a seguinte definição para nossa compreensão de grande estratégia:

A grande estratégia é responsável por traçar os objetivos à sua conveniência, coordenando, conjuntamente, a projeção geoeconômica e a geopolítica

Grande estratégia identifica e dá coerência para os objetivos da política externa. Esses objetivos encontram sua expressão quando são implementados no espaço geográfico, à medida que as capacidades e instrumentos do poder são estrategicamente e taticamente empregados pelo Estado na busca de seus interesses. Juntas, as projeções dos poderes geoeconômicos e geopolíticos definem a morfologia estratégica do

mapa-múndi¹⁰. (BARACUHY, 2019, p. 15, tradução nossa)

Como vemos, a grande estratégia é responsável por traçar os objetivos à sua conveniência, coordenando, conjuntamente, a projeção geoeconômica e a geopolítica. Seu mapa não segue uma projeção convencional; ao contrário, ganha forma à medida que se unem os elementos da geoeconomia e da geopolítica, podendo, até mesmo, resultar em diversos traçados simultâneos, em formas e tamanhos variados, e afastados no espaço.

Para dar um exemplo, poderíamos considerar um Estado A, que tem na exportação da *commodity* minério de ferro uma forte alavancagem para o produto interno de sua economia. Uma estratégia geopolítica desse Estado poderia ser a de garantir um preço mínimo de comercialização desse produto no mercado internacional. Para isso, precisaria mapear outros Estados exportadores, montar alianças, organizações etc., de forma a atingir seu propósito político. Contudo a projeção geoeconômica do Estado A pode conflitar com os interesses de um Estado B. Assim, entendemos que a efetividade da estratégia geoeconômica de A dependerá do respaldo de sua projeção geopolítica.

Pelo exposto, a grande estratégia aprimora a argumentação do nível estratégico junto ao nível político. Por consequência, o poder político terá melhores condições de estabelecer seus objetivos e de orientar os esforços do nível estratégico. O nível estratégico, por sua vez, terá maior êxito no planejamento e na obtenção de capacidades necessárias, tanto nos campos de atuação econômico e diplomático quanto o de nosso

maior interesse, militar. O resultado de tudo isso será o benefício para toda a sociedade.

Optamos por estudar a grande estratégia pela ótica da geoeconomia por acreditarmos que as abordagens geopolíticas isoladamente, apesar de muito comuns, deixaram de ser suficientes para explicar os acontecimentos em um mundo globalizado. Além disso, acreditamos que o viés econômico, além de mais correto, pode possuir maior apelo para o interesse político, uma vez que apresenta de forma mais concreta os benefícios de investimento em defesa para o bem de sua sociedade, sobretudo dentro de um horizonte de paz.

Dessa forma, investigaremos como os planejamentos estratégicos da RPC se comportaram em relação aos preceitos da grande estratégia em dois períodos distintos, o primeiro entre 1975 e 1985, e o segundo entre 2004 e 2014. Pretendemos verificar o comportamento geoeconômico e geopolítico chinês, com ênfase em identificar possíveis reflexos no seu planejamento estratégico de defesa. Encontrar um aumento proporcional no uso de instrumentos geoeconômicos e geopolíticos seria uma indicação de aderência do comportamento da RPC aos preceitos da grande estratégia.

A GRANDE ESTRATÉGIA E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA RPC DE 1975 A 1985

Em 1953, Mao Tsé-Tung (1893-1976) introduziu na RPC o modelo soviético de controle político baseado em planejamentos nacionais uniformes, chamados planos quinquenais. Durante o governo maoísta, o Estado chinês era isolado nos campos político, econômico e cultural, e o desen-

10 Texto original: “Grand strategy identifies and gives coherence to foreign-policy objectives. These objectives find their expression when being implemented in geographical space, as power capabilities and instruments are strategically and tactically deployed by states in pursuit of their interests. Taken together, geo-economic and geopolitical power projections define the strategic morphology of the world map.”

volvimento econômico estava diretamente atrelado ao investimento realizado pelo governo central. Assim, até 1978, as empresas não tinham liberdade para conduzir seus próprios negócios, não se verificava uma correspondência entre remunerações e *performances* das empresas, a distribuição das matérias-primas era gerenciada pelo governo central, as terras agrícolas eram de propriedade pública, e a produção era coletivizada (CHENG, 1983).

Xiaoping assume o governo da RPC em 1976, durante o transcurso do 5º Plano Quinquenal (1976-1980). Inicia-se então um período de reajustes, seguido de abertura para capital estrangeiro e reformas, quando foram reduzidos os excessos de centralização e rigidez de controle estatal, com vistas a incrementar a iniciativa privada, a gestão empresarial e a remuneração por mérito. A partir do 6º Plano Quinquenal (1981-1985), os planos passaram a contemplar o fomento à economia de mercado (CHENG, 1983). A estratégia chinesa era realizar uma alta taxa de acúmulo de capital por meio de uma política de baixos salários, desvalorização cambial, maximização das exportações e minimização das importações. Para reduzir o atraso tecnológico, o governo exigia a transferência de tecnologia e conhecimento como condições ao acesso dos investidores estrangeiros ao grande mercado chinês. A supressão do mercado interno e da qualidade de vida da população, que pautaram a política pública até o início da década de 1980, foi o preço a ser pago pela RPC para sua liderança no desenvolvimento econômico de longo prazo (DIESEN, 2018).

A postura geoeconômica da RPC no período de 1975-1985

Após um minucioso estudo dos aspectos geoeconômicos, observamos que, para

as variáveis do fator mercado, foi possível observar que a RPC apresentava um baixo peso econômico no contexto mundial no período de 1975 a 1985, com uma economia ainda incipiente, consequência de uma recém-abertura após décadas de isolamento. Ainda assim, o grande número de habitantes, em grande parte jovens, e a baixa renda *per capita* indicavam existir um bom potencial de crescimento produtivo. Percebemos também que o seu acesso a diferentes mercados era ainda muito limitado e sua produção dependia de fluxos internacionais de investimento e negócios. Por fim, com relação à interdependência com o mercado externo, a RPC ainda mantinha elevadas tarifas protecionistas, por conseguinte, não tinha estabelecido naquele período um grau significativo de interdependência com o mercado externo.

Com relação ao fator recurso, identificamos forças e fraquezas, uma vez que, por um lado, permitiam o desenvolvimento doméstico, mas, por outro lado, eram insuficientes para a competição no mercado global. Dentre as forças, destacamos a quase autossuficiência de recursos naturais e energéticos para atender à demanda da incipiente economia, o que demonstrava a então capacidade potencial de desenvolvimento chinês, já que não dependia decisivamente dos fluxos de energia e de *commodity* do mercado externo para condução de suas atividades econômicas. Como fraquezas, os recursos tecnológicos precisavam ser modernizados, e houve escassez de recursos financeiros, tendo sido necessário exportar energia e abrir parcialmente ao capital externo para poder viabilizar a atualização tecnológica e obter recursos financeiros para investir em infraestrutura. Assim, o desenvolvimento de curto prazo estava parcialmente comprometido pela falta de competitividade tecnológica, em muito dependente de obtenção no mercado externo.

No fator regras, até 1978, a RPC tinha um enfoque restritivo ao comércio internacional. A partir de 1978, iniciam-se então as reformas do setor de comércio externo, que se limitaram a alterar suas regras internas, para promover a descentralização administrativa dos planejamentos de comércio e a redução de monopólios estatais e criar incentivos para as exportações. Mesmo com essas mudanças, foi somente em 2001, com a ascensão à Organização Mundial do Comércio (OMC), que a RPC passou a estar apta a participar mais ativamente das discussões afetas às regras do comércio global (LI; JIANG, 2018).

Assim, podemos constatar que a RPC passava por um período de transição entre 1975 e 1985, saindo de um isolamento para a abertura de portas à economia de mercado. Por conseguinte, não houve espaço para o Estado pensar em projeção geoeconômica, uma vez que os três fatores econômicos eram ainda frágeis. Restou ao governo chinês estabelecer uma estratégia econômica, por meio de uma política de baixos salários e desvalorização cambial, de forma a incentivar a entrada de recursos externos e a atualização tecnológica do país e, com isso, poder promover o desenvolvimento com base nos recursos naturais, energéticos e humanos que tinha à sua disposição.

A postura geopolítica da RPC no período de 1975 a 1985

No período de 1975 a 1985, o mundo vivia em meio aos desafios impostos pela bipolaridade da Guerra Fria. Assim,

na década de 1970, a estratégia da RPC voltou-se para a defesa contra uma ameaça de invasão soviética. Esse período foi marcado pela elaboração de planos militares para que o Exército respondesse a uma agressão, mesmo em posse de armamentos tecnologicamente inferiores aos soviéticos, em que pese a grande produção de equipamentos de sua indústria de defesa (GODWING, 2003).

Faltava-lhes, contudo, uma estratégia militar que favorecesse as operações conjuntas de suas forças. Passaram então a desenvolver novas estratégias, à altura das capacidades militares soviéticas, que tinham como cerne realizar a defesa avançada do território. A guerra de movimento, notável na era Mao, tornou-se suplementar à nova concepção de defesa de posições. Os estrategistas do Exército chinês esperavam atrair o Exército soviético, em caso de invasão, para pontos específicos de seu território, quebrar o “tempo” do assalto soviético e romper suas linhas logísticas com o uso

avançado da guerrilha atuando além das linhas inimigas (GODWING, 2003).

Já em relação à Marinha, até 1978 não se verificava uma estratégia naval clara. À exceção da operação naval nas Ilhas Parcel, em 1974, quando tomou o controle do grupo crescente dos sul-vietnamitas, o principal papel da Marinha da RPC foi compor a defesa costeira, em complemento à estratégia de defesa do continente. Assim,

desde a sua criação em 1949, a Marinha da RPC era considerada uma força de defesa costeira. Na era Mao Tsé-Tung, nem os objetivos estabelecidos pela

A RPC passava por um período de transição entre 1975 e 1985, saindo de um isolamento para a abertura de portas à economia de mercado

liderança militar, nem suas próprias capacidades tinham levado a Marinha da RPC além da costa chinesa¹¹. (HUANG, 1994, p. 8, tradução nossa)

Foi somente com o “programa de modernização socialista” de Deng Xiaoping, em 1978, que se iniciou um processo de redirecionamento do pensamento estratégico de sua defesa, procurando afastar as linhas de defesa chinesa, com uma orientação marítima. A abertura de mercado para investidores estrangeiros, a criação de Zonas Econômicas Especiais, com cidades litorâneas abertas ao comércio, o aumento do comércio marítimo nessas regiões e a atenção à exploração de petróleo e recursos minerais no leito marinho fomentaram o início dos projetos para uma Marinha de guerra de “águas azuis” (HUANG, 1994). Com a promulgação da “Defesa Além do Litoral” em 1985, a RPC de fato consolidou seu novo paradigma de defesa. Desde então, já não se tinha mais a preocupação com os soviéticos; em seu lugar entraram outras preocupações, de caráter econômico. Como podemos ver no trecho abaixo:

Com a promulgação da “Defesa Além da Costa” em 1985, a Marinha da RPC redirecionou a orientação estratégica para o além-mar [...]. Pequim não acreditava mais na possibilidade de uma invasão soviética [...]. A adoção da “Defesa Além da Costa” também

se alinhou à mudança de prioridades da RPC, especificamente com o foco de Deng na modernização econômica e na convicção de que os recursos do oceano – fonte de alimento e energia – poderiam ser de crescente importância para o futuro desenvolvimento da RPC¹². (PIKE, 2011, p.1, tradução nossa)

Quanto à força aérea da RPC, foi somente em 1987 que se adotou o conceito de “ir além da defesa do espaço aéreo do Estado, para construir uma força aérea com capacidades defensivas e ofensivas, simultaneamente”¹³ (ALLEN, 2003, p. 108, tradução nossa). Sendo assim, para o período em estudo, podemos concluir que a Força Aérea da RPC estava voltada para a defesa territorial apenas.

Vemos, assim, que, no período de 1975 a 1985, a estratégia da RPC, inicialmente orientada quase exclusivamente para a defesa de seu território continental contra um inimigo definido, começa a se alterar gradualmente, em busca de um maior distanciamento de seu litoral. Pudemos perceber que tanto a Marinha quanto a Força Aérea, durante quase todo esse período, desempenharam um papel coadjuvante, tendo a força terrestre conduzido o pensamento estratégico chinês com enfoque na defesa territorial. Somente em 1985 o governo de Pequim passou a dar maior importância aos recursos marítimos para garantir o contínuo desenvolvimento do Estado. Por conseguinte, percebemos o

11 Original em inglês: “*Since its creation, the PLA Navy has been considered a coastal defense force. In the Mao Zedong era, neither the objectives laid out by the Chinese military leadership nor its own capabilities had ever brought the PLA Navy beyond Chinese coastal water*”.

12 Original em inglês: “*With the promulgation of “Offshore Defense” in 1985, the PLAN’s strategic orientation was redirected-out to sea. (...) Beijing no longer believed that a Soviet land invasion was likely. (...) The adoption of “Offshore Defense” also matched China’s changing priorities, specifically Deng’s focus on economic modernization and the realization that ocean resources -food and energy sources - would be of increasing importance to China’s future development*”.

13 Original em inglês: “*moving from defending the country’s air space to building an air force with simultaneous offensive and defensive capabilities*”.

início da reorientação dos planejamentos de defesa, mudando seu caráter meramente territorial, para dar seus primeiros passos rumo a uma atuação defensiva com maior ênfase no ambiente marítimo.

A GRANDE ESTRATÉGIA E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA RPC DE 2004 A 2014

Durante o período de 2004 a 2014, dois presidentes se sucederam na RPC: Hu Jintao (1942-), de 2003 a 2013, e Xi Jinping (1953-), desde 2013. Durante esses governos, houve uma continuidade entre os planos quinquenais da RPC, com o estabelecimento de objetivos políticos claros, que foram perseguidos e atingidos com um bom nível de sucesso (MISHRA, 2020). Nesse período, a RPC estipulou seus propósitos políticos com objetividade e clareza. Seu foco contemplou tanto o desenvolvimento econômico quanto o socioambiental. Houve uma contínua preocupação com inovação, atualização tecnológica e educação, bem como com o estabelecimento de um modelo de desenvolvimento mais eficiente do ponto de vista de demanda energética. Tendo por base o panorama ora apresentado dos planejamentos entre o 10º e 12º planos quinquenais da RPC, vamos, na próxima seção, verificar o seu comportamento geoeconômico no período de 2004 a 2014.

A postura geoeconômica da RPC no período de 2004-2014

No contexto temporal em estudo, a RPC possuía elevado peso econômico e significativa expectativa de crescimento. Tendo iniciado o período como a sexta maior economia mundial, desde 2010 já se encontrava na segunda posição. Comparando a taxa de crescimento entre

2004 e 2014 das dez maiores economias mundiais, a RPC foi de longe a que mais avançou, com 536% de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto as outras nove economias cresceram 230% na média. Com relação à expectativa de crescimento, se tomarmos como parâmetro o PIB *per capita* de 2014, cada chinês representava cerca de US\$7.700,00/ano do seu PIB naquele ano, enquanto o norte-americano representava US\$55.000/ano e o japonês US\$38.100,00/ano (WORLD BANK, 2021). Como reflexo, a RPC possuía uma mão de obra barata, além de disciplinada, pouco exigente e cada vez mais qualificada. Com essas, entre outras razões, a expectativa de crescimento da RPC era tal que economistas daquele período projetavam um PIB duas vezes maior que o norte-americano, já na década de 2030 (WANG, 2013).

Em relação ao acesso a diferentes mercados, as operações comerciais chinesas ocorriam em todo o mundo e começavam a desafiar outros Estados. Com a América Latina, por exemplo, as trocas comerciais da RPC cresceram quase 20 vezes entre 2004 e 2014. Durante o período, foi possível observar os esforços do governo de Pequim para fortalecer sua estrutura internacional de acesso a mercados, como a Shanghai Cooperation Organization (SCO), de caráter eminentemente terrestre, e a iniciativa One Belt, One Road (OBOR), de 2013, uma junção do Cinturão Econômico da Rota da Seda, de caráter terrestre, e da Rota da Seda Marítima do século XXI, de caráter marítimo.

Foi crescente também o aumento de influência chinesa nos fluxos internacionais de investimentos e negócios, por meio de ajudas financeiras a outros Estados. Ainda assim, observamos que a RPC não estabeleceu sua liderança regional até 2014. O entorno da Ásia-Pacífico, que já

Shanghai Cooperation Organization

The Shanghai Cooperation Organization (SCO) is a regional intergovernmental security alliance involving Russia, China and four Central Asian states

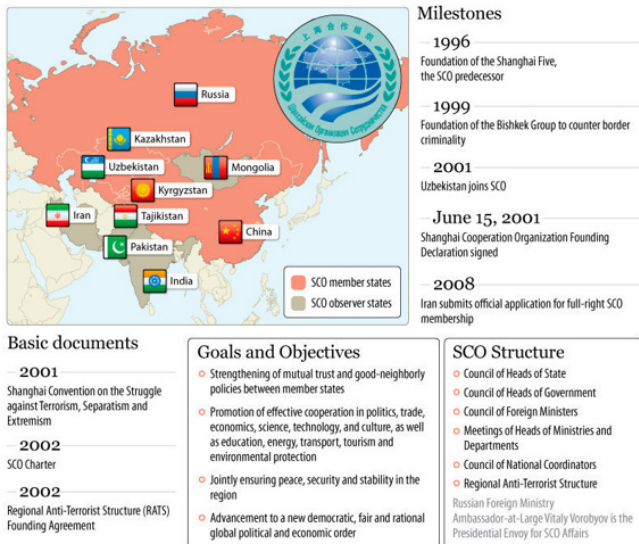


Figura 1 – Shanghai Cooperation Organization

Fonte: TOKTOMUSHEV, Kemel. “Shanghai Cooperation Organization: perspectives from Central Asia”. *Perspectives from Central Asia*. 2015

China's One Belt, One Road

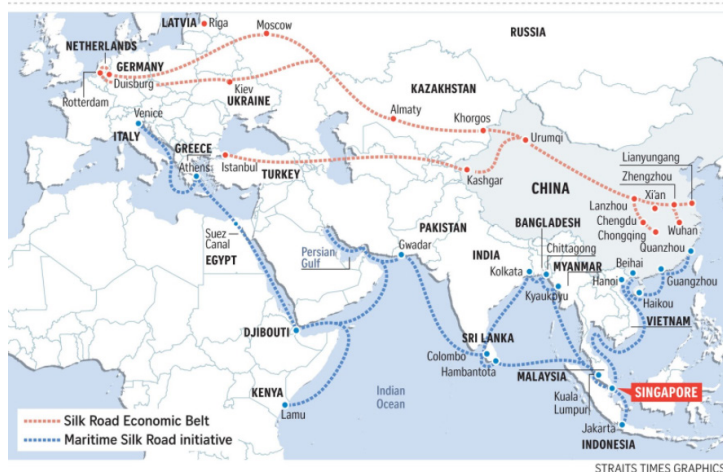


Figura 2 – China's One Belt, One Road Initiative

Fonte: NOI, Goh. *China makes tracks on modern Silk Road*. 2017

se estimava que seria a região mais rica do mundo em 2016, quando a riqueza privada atingiria expressivos US\$57 trilhões (COLE, 2016), contava com a forte concorrência de norte-americanos e europeus, históricos influenciadores da região. Dessa forma, em que pese o foco chinês em estabelecer uma Área de Livre Comércio da Ásia-Pacífico (FTAAP), os EUA, em 2014, lançavam a Parceria

Transpacífica (TPP) – acordos de livre comércio com 11 Estados do Pacífico –, que resultaria em perdas estimadas em US\$100 bilhões anuais em exportações para a RPC (GASIMLI, 2015).

Notamos também o incremento da importância da RPC no sistema financeiro internacional, com balanços de pagamentos positivos, mantendo uma média de US\$213 bilhões anuais e reservas totais em dólar registrando US\$3,9 trilhões em 2014, as maiores do mundo. Em outubro de 2014, com o estabelecimento do Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) em Pequim, surge no Ocidente o temor de desafio, se não de substituição, da estrutura financeira internacional vigente desde a conferência Bretton Woods, em 1944 (COLE, 2016).

Por fim, a interdependência econômica com o mercado externo tornou-se significativa. A soma das importações e exportações totalizavam US\$4,7

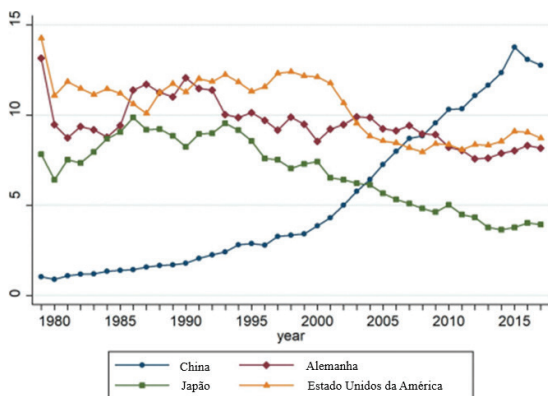


Gráfico 1 – A evolução da participação da RPC no comércio global (%)

Fonte: LI; JIANG, 2018, p. 582.



Figura 3 – The Trans-Pacific Partnership

Fonte: HOVET, Kristen. *US And Eleven Other Nations Reach Trans-Pacific Partnership Agreement*. 2015.

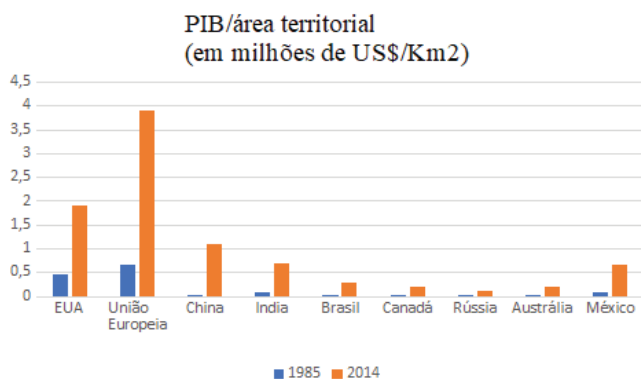


Gráfico 2 – Razão entre PIB e área territorial de 1985 e 2014 de atores selecionados
Fonte: Do autor, com base em dados de PIB e extensão territorial fornecidos pelo World Bank

trilhões. Se dividirmos o PIB pela extensão territorial de cada Estado, vemos que a RPC saiu de US\$32,8 mil/km² em 1985 para US\$1,1 milhões/km² de território em 2014, ultrapassando diversos Estados e aproximando-se de grandes potências, como os EUA, que registraram US\$ 1,9 milhões/km² (WORLD BANK, 2021).

Quanto às variáveis do fator recursos, percebemos que, no período em estudo, a RPC passou a experimentar uma crescente demanda por insumos e recursos energéticos, aumentando sua dependência do exterior, bem como passou a exercer uma crescente influência nos fluxos de energia. Os recursos tecnológicos e recursos financeiros, outrora um entrave ao crescimento chinês, passaram a ser alavancas do desenvolvimento, fruto da alta competitividade de sua mão de obra e da viabilização do fluxo comercial por meio dos investimentos em infraestruturas no exterior. Ainda em relação aos recursos, nesse período observamos o aumento da atenção chinesa em relação aos recursos do MSC.

Quanto ao fator regras, em 2001 a RPC se tornou o 143º membro da OMC. Desde então, soube aproveitar ativamente as oportunidades de negócios, tendo reali-

zando diversos acordos bilaterais e de livre comércio. Em geral, os acordos traziam vantagens competitivas para a RPC, dada a atração do seu mercado, bem como as assimetrias das contrapartes, em geral de menor poder econômico (HILPERT, 2014). Todavia, nesse período, outros Estados também agiam para proteger seus interesses comerciais e evitar o avanço chinês. Como exemplo, destacamos o incentivo dos EUA para o estabelecimento da TPP, que, sob a ótica do governo de Pequim, era parte da estratégia de contenção norte-americana para estancar o desenvolvimento econômico chinês.

Por tudo isso, no período de 2004 a 2014, observamos uma crescente projeção geoeconômica da RPC, em que os instrumentos de mercado, recursos e regras foram utilizados para atingir dois importantes objetivos. O primeiro, a concretização do desenvolvimento econômico e social do Estado, alcançado por meio da conveniente importação de insumos faltosos no território, fortalecimento da competitividade laboral e exportação dos bens e serviços produzidos em escala global. O segundo objetivo, de incremento da inserção geopolítica, com a promoção

de vínculos mais perenes com outros Estados, por meio de ajuda e financiamento de projetos de infraestrutura.

A postura geopolítica da RPC no período de 2004-2014

De acordo com o Livro Branco de Defesa da RPC de 2004, a região da Ásia-Pacífico gozava de estabilidade e segurança, em que as disputas eram resolvidas por intermédio de consultas pacíficas (RPC, 2004). Ainda assim, já começava a se notar um ponto de inflexão das preocupações de Pequim quanto às questões em seu entorno estratégico (YOSHIHARA; HOLMES, 2010). Em 2004, a histórica presença da Marinha norte-americana naquela região era incontestável, um cenário que vai se reajustando paulatinamente até 2014. À medida que o fortalecimento econômico chinês começava a ser traduzido em iniciativas diplomáticas e militares, aumentava o debate em Washington acerca das questões de segurança nacional norte-americana (BARACUHY, 2019). Para o governo de Pequim, foi crescente a conscientização de que, para manter a sua competitividade, seus interesses poderiam transbordar sobre os interesses de outros Estados (QIU, 2015).

Desde o final da década de 1990 a RPC já vinha investindo na modernização de suas forças, por consequência das fragilidades identificadas quando confrontadas com a *performance* norte-americana na Guerra do Golfo (1990-1991) (CHASE *et al.*, 2015). Em termos de PIB, os gastos militares chineses se mantiveram relativamente estáveis de 2004 a 2014, oscilando entre 1,8% e 2,0%. Mas, em termos financeiros, o crescimento foi con-

tínuo, com os gastos em 2014 atingindo US\$200,7 bilhões, cinco vezes superiores ao ano de 2004.

Ainda assim, em que pese ter sido o segundo maior gasto militar do mundo, era bem abaixo do gasto norte-americano, em média US\$643,6 bilhões no mesmo período (SIPRI, 2021). Em termos geopolíticos, no período de 2004 a 2014, notamos um duplo movimento da RPC, tanto no sentido makinderiano de expansão terrestre em direção ao *heartland* eurasiático quanto no sentido mahanian de expansão para o oceano (BARACUHY, 2019). Em termos gerais, na vertente terrestre, temos os acordos da SCO para a segurança regional, uma cooperação entre a RPC e Estados da Ásia Central para combater os “três males” – separatismo, terrorismo e extremismo religioso – tanto nas fronteiras ocidentais chinesas como além de suas fronteiras, na Ásia Central (KÄPYLÄ; AALTOLA, 2019). Na vertente marítima, a necessidade de salvaguardar o transporte de insumos energéticos e alimentares, dentro do espectro de iniciativas como a OBOR, levou a RPC a adotar uma política marítima e naval mais ampla, surgindo o embrião de um processo de construção de portos e bases navais além-mar (BARACUHY, 2019).

Traduzindo as preocupações políticas em termos de planejamento estratégico de defesa, durante nosso contexto temporal, a “RPC devotou considerável atenção na modernização de suas forças terrestres, mas o incremento mais notável foi nas capacidades naval, aérea, míssil, espacial e C4ISR¹⁴” (CHASE *et al.*, 2015, p. 15). O resultado do aparelhamento de defesa da RPC deu origem a uma nova concepção estratégica, conhecida e estudada no Ocidente como Anti-Access/Area Denial (A2AD).

14 Sigla em inglês para Comando, Controle, Comunicações, Cibernético (C4) Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (ISR).

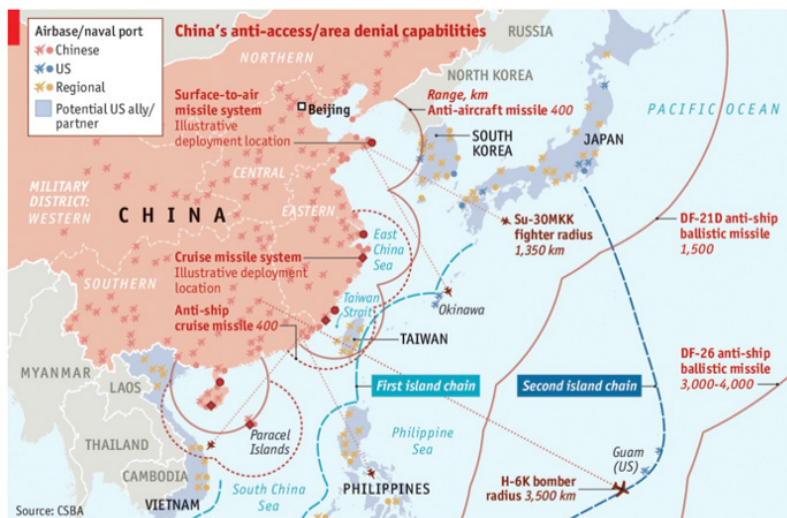


Figura 4 – Projeção de poder da RPC A2AD

Fonte: JOSHI, Sameer. *Demystifying the Anti-Access/Area Denial (A2/AD) Threat*. 2019

Em termo de meios para a Marinha de guerra, a RPC importou e construiu modernos meios de superfície, como fragatas e destróieres dotados de mísseis guiados, incrementou qualitativamente sua força submarina e comissionou seu primeiro porta-aviões em 2012. Ainda que não se verificassem bases navais chinesas no exterior, o governo de Pequim recuperou terras e iniciou a construção de estruturas nas Ilhas Spratly (EUA, 2019) e foi gradualmente alterando seu foco de uma “defesa marítima afastada” para uma combinação de “defesa marítima afastada com proteção de mar aberto” (CHANSORIA, 2016).

Na Força Aérea chinesa, foram construídas ou importadas modernas aeronaves, que em 2015 contabilizavam 2.800 unidades, sendo cerca de 1.400 caças de 4ª geração ou superior e uma ampla variedade de veículos aéreos não tripulados. Além disso, atualizou bombardeiros e aprimorou suas capacidades de controle e alarme

aéreo antecipado (AEW&C), ISR, reabastecimento em voo e transporte estratégico. Os investimentos na Força Aérea chinesa tinham vistas a criar uma força estratégica proporcional à sua crescente influência e alinhada ao despertar de seus interesses no exterior (CHASE *et al.*, 2015).

Em relação à força de mísseis estratégicos, também se verificou no período grande atualização e sofisticação do arsenal de mísseis nucleares, tanto para missões de nível operacional quanto no desenvolvimento das capacidades de dissuasão estratégica, a nível continental. Para os mísseis convencionais balísticos e de cruzeiro, também se diversificou seu arsenal, sendo considerado por autores o maior do mundo (CHASE *et al.*, 2015).

A RPC também desenvolveu fortemente seu setor espacial, cibernético e de guerra eletromagnética (EW). Nesse período, foram colocados em órbita diversos satélites para apoio a operações militares. O espaço sideral e o espectro eletromag-

nético, para os estrategistas militares chineses, passaram a ser questões centrais para a operação militar, em que as forças rivais competiriam centradas na busca da informação (CHASE *et al.*, 2015).

Assim, podemos notar que, entre os anos de 2004 e 2014, a RPC conduziu planejamentos estratégicos de defesa para desenvolver amplas capacidades militares, muitas delas estratégicas, de forma a proteger seus interesses para além dos limites regionais imediatos. Com isso, podemos concluir que o outrora caráter defensivo das forças chinesas foi sendo alterado com o tempo, assumindo envergadura de uma força regional respeitável.

ESTUDO COMPARATIVO: OS REFLEXOS DA GEOECONOMIA NOS PLANOS DE DEFESA

Após termos estudado a geoeconomia e os planejamentos estratégicos chineses nos períodos de 1975 a 1985 e 2004 a 2014, confrontaremos agora os resultados obtidos à luz da grande estratégia para verificar as similaridades e singularidades entre os planejamentos de defesa, bem como as evidências que levaram à alteração dos padrões desses planejamentos.

Iniciando pelas similaridades, notamos que, nos dois períodos, o governo de Pequim estabeleceu objetivos políticos de médio e longo prazos, com foco no desenvolvimento econômico e que, a fundo, buscavam a melhora do bem-estar da população. Os objetivos estabelecidos tinham metas claras a serem atingidas, o que não é uma realidade garantida, e certamente contribuíram para o estabelecimento de estratégias setoriais. Como reflexo, pudemos observar que foram elaborados planejamentos estratégicos de defesa coerentes com os objetivos e desafios de cada momento vivido.

Em relação às singularidades, no contexto temporal de 1975 a 1985 não havia projeção geoeconômica da RPC, ao passo que a percepção de ameaça geopolítica era elevada. Nesse contexto, notamos que planejamentos estratégicos de defesa resultaram em um enfoque territorial, com ênfase no Exército, enquanto as forças navais e aéreas atenderiam às questões defensivas complementares. Ao término do período, houve uma redução da percepção de ameaça geopolítica e, *pari passu*, um aumento das preocupações com uma já previsível escassez de recursos. Assim, chegamos a 1985 com o governo de Pequim em meio a preocupações com as indefinidas questões regionais, começando a repensar sua estratégia defensiva para uma regional, com maior ênfase na Marinha.

No período de 2004 a 2014, por sua vez, a RPC possuía uma crescente projeção geoeconômica, para acesso a mercados e recursos, que foi sendo acompanhada pelo aumento da percepção de ameaça geopolítica. Assim sendo, pudemos constatar que os planejamentos estratégicos de defesa evoluíram da outrora defesa territorial, predominante entre 1975 e 1985, para o estabelecimento de uma estratégia de proteção regional. Pelas evidências encontradas em nosso estudo, a alteração teria ocorrido, ao menos em parte, em razão do entendimento do governo de que as metas de desenvolvimento econômico e social só poderiam ser alcançadas com a proteção de interesses além-mar. Por conseguinte, foi dada maior ênfase à capacidade de atuação regional e em mar aberto, tanto em sentido mahaniano de poder marítimo quanto makinderiano de poder terrestre.

Vemos, portanto, que o aumento da projeção geoeconômica elevou a percepção de ameaça geopolítica, refletindo nos planejamentos estratégicos de defesa chineses. Portanto, é possível concluirmos

que os planejamentos aderiram à grande estratégia, uma vez que houve sintonia entre as estratégias geo-econômicas e geopolíticas (meios e métodos) para atingir as metas políticas estabelecidas (fins). Fazendo uma representação gráfica, chegaríamos ao seguinte comportamento:

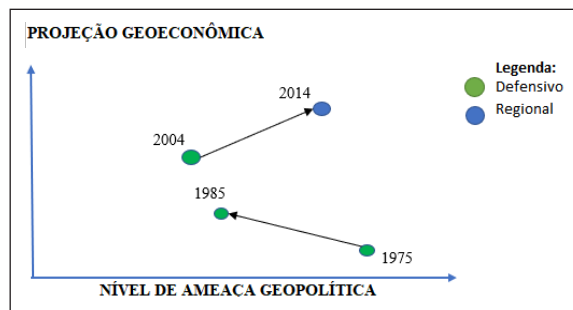


Gráfico 3 – Evolução dos planejamentos estratégicos da RPC à luz da grande estratégia
 Fonte: autor

Partindo deste ponto, a fim de compreendermos as diferentes formas com que as questões geo-econômicas podem refletir nos planejamentos estratégicos de defesa de um Estado, acrescentaremos alguns casos, baseados em senso comum, de Estados que sabidamente apresentam comportamentos diferentes dos encontrados para a RPC.

Iniciando pela realidade brasileira, sabemos que os planejamentos estratégicos brasileiros dão ênfase às questões defensivas, bem como, eventualmente, acompanhamos o emprego das forças em atividades constabulares¹⁵. Além desses fatos, é plausível afirmar que a per-

cepção de ameaça geopolítica e a projeção geo-econômica no Brasil são relativamente baixas, sobretudo quando comparadas com as de Estados mais desenvolvidos.

Considerando os EUA, é de amplo conhecimento que os seus planejamentos estratégicos de defesa possuem caráter global. Além disso, sua projeção geo-econômica é elevada, bem como é alto o nível de ameaça geopolítica a que se expõe.

Por fim, temos outras duas realidades, mais excepcionais. Na primeira, podemos citar o caso do Haiti, que no passado desmobilizou suas Forças Armadas e vive em meio a uma crise de suas instituições. Sabemos se tratar de um Estado de pouca projeção geo-econômica, que não desperta cobiças em outros Estados. Quanto à outra

realidade, temos o exemplo de Mônaco, que possui um elevado índice de projeção econômica (razão do PIB por área territorial), mas que não apresenta planos de defesa correspondentes. Assim, chegamos ao seguinte resultado:

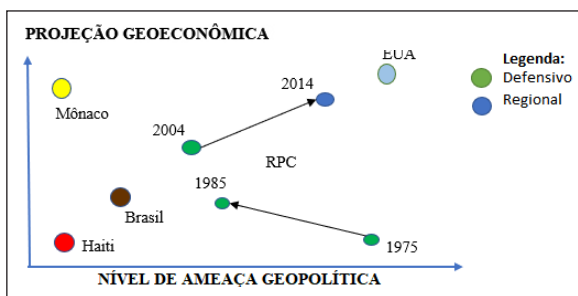


Gráfico 4 – Planejamentos estratégicos de defesa à luz da grande estratégia
 Fonte: autor

¹⁵ Constabular refere-se ao emprego das Forças Armadas em funções policiais ou, para as forças navais, na proteção dos recursos da Zona Econômica Exclusiva em ações que não se caracterizam como militares ou diplomáticas (BRASIL, 2015).

CONCLUSÃO

Este estudo se propôs a compreender de que forma as questões geoeconômicas podem refletir nos planejamentos estratégicos de defesa de um Estado. Estabelecemos uma questão de pesquisa com o intuito de identificar as similaridades e singularidades entre os planejamentos estratégicos de defesa chineses de dois contextos temporais distintos, o primeiro de 1975 a 1985 e o segundo de 2004 a 2014, de uma perspectiva geoeconômica.

Antes de respondermos à questão, foi necessário apresentar os conceitos de geoeconomia e abordar a grande estratégia, que integra a geoeconomia com a geopolítica. Investigamos, então, as questões geoeconômicas e os planejamentos estratégicos de defesa que permeavam cada contexto temporal proposto, verificando a aderência dos resultados aos conceitos da grande estratégia por meio de conclusões parciais.

De posse dos resultados, fizemos a comparação e, com isso, respondemos à nossa questão de pesquisa, permitindo assim extrair algumas conclusões. Iniciando pelas similaridades, notamos que, nos dois períodos, o governo de Pequim traçou objetivos políticos que certamente

contribuíram para o estabelecimento de planejamentos estratégicos de defesa alinhados a esses objetivos. Quanto às singularidades, enquanto a RPC convivia com um cenário de elevada ameaça na vertente geopolítica, mas não possuía projeção geoeconômica, seus planos de defesa priorizaram o caráter de defesa territorial, com ênfase nos planos do Exército. Posteriormente, o aumento da sua projeção geoeconômica contribuiu para o aumento de percepção de ameaça geopolítica, o que levou a planos de defesa de caráter regional, com maior ênfase na proteção além-mar.

Percebemos, pelas dinâmicas, que as questões geoeconômicas parecem de fato ser capazes de influenciar os planejamentos de defesa de um Estado. Sendo assim, passamos a verificar outras possíveis formas de influência, agregando realidades distintas das identificadas para a RPC.

Isso posto, podemos apresentar a seguir o Gráfico Estratégico e as Tendências de Defesa, derivados da comparação de nossos objetos. Deixamos para investigações futuras a verificação se outras realidades concretas teriam ou não aderência ao que surgiu de nossa pesquisa. Seguem o Gráfico Estratégico e as Tendências de Defesa e algumas considerações:

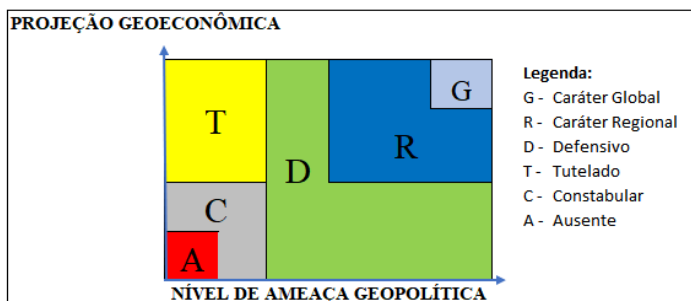


Gráfico 5 – Gráfico Estratégico e as Tendências de Defesa

Fonte: autor

Pelo gráfico, existiriam seis tipos possíveis de ênfase, tácita ou implícita, para planejamentos estratégicos de defesa de um Estado à luz da grande estratégia. Cada tipo seria resultante da combinação entre o nível de ameaça geopolítica percebida e o grau de projeção geoeconômica por ele almejado.

De maneira geral, conforme o gráfico, os planejamentos de defesa de nível global (G) ocorreriam quando o Estado possuísse uma elevada projeção geoeconômica, ficando exposto a um elevado número de ameaças a nível geopolítico, necessitando de uma estrutura de defesa global para se contrapor às ameaças em todo o mundo.

Os de caráter regional (R) seriam reflexo de uma projeção geoeconômica regional, acompanhada pela percepção de ameaça geopolítica proporcional, com ambas as vertentes se apresentando em nível médio para alto (caso da RPC entre 2004 e 2014).

Os planejamentos de caráter defensivo (D) traduziriam hipóteses em que há projeção geoeconômica sem ameaça geopolítica ou quando há ameaça geopolítica, mas não há projeção geoeconômica (caso da RPC entre 1974 e 1984) ou, ainda, quando as duas vertentes ocorrem em nível mais baixo. Nesses casos, maior ênfase seria dada ao Exército.

A estratégia de tutela (T) se verificaria na hipótese de haver um Estado de elevada projeção geoeconômica, mas sem plane-

jamentos estratégicos correspondentes. Nesse caso, poderíamos inferir que a estratégia de defesa, de certo modo, estaria pautada em alianças militares ou respaldada diretamente por outros Estados.

A estratégia constabular (C) ocorreria nas situações em que há baixa ambição geoeconômica e uma baixa percepção em termos de ameaças geopolíticas. A opção de se viver em paz sobrepujaria o interesse de crescimento econômico e de garantia do bem-estar social. Nesses casos, maior ênfase seria dada às questões domésticas.

A ausência de planejamentos estratégicos de defesa (A) teria a tendência de ocorrer na hipótese em que um Estado apresentasse baixa expressão geopolítica e geoeconômica, podendo ser reflexo, também, de sua desorganização institucional interna.

Feitas essas considerações, acreditamos que conseguimos atingir o propósito de nosso estudo, passando a melhor compreender de que forma as questões geoeconômicas podem refletir nos planejamentos estratégicos de defesa de um Estado.

Por fim, concluímos sustentando a importância de se certificar de que haja no Estado uma estrutura efetivamente constituída, apta a traçar estratégias geoeconômicas e geopolíticas conjuntamente, considerando tanto os objetivos de defesa e segurança como os de desenvolvimento econômico e social.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ÁREA>; Ásia; China;

<POLÍTICA>; China; Defesa; Estratégia; Geopolítica;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Devido à extensão da lista de Referências Bibliográficas, os interessados em obtê-la devem entrar em contato pelo *e-mail*: nascimento.junior@marinha.mil.br.